

# Há suspeita de homicídio na saúde

Promotores preparam um novo processo por morte por falta de medicamentos em Brasília

MP

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA B1

ANDRÉ CARRAVILLA

LARISSA GUIMARÃES

REPÓRTERES DO JB

Os problemas diagnosticados pelo relatório do Ministério da Saúde, divulgado na segunda-feira, não surpreenderam o promotor de Justiça do DF Jairo Bisol. Ele lembra que o Ministério Público da capital já havia constatado todas essas irregularidades.

Bisol destaca que a Secretaria de Saúde tem R\$ 12,5 milhões a pagar para fornecedores de medicamentos. A compra teria sido feita por meio de vales. Na opinião do promotor, a transação é ilegal. Em ofício enviado ao atual secretário de saúde, Arnaldo Alves, ele aconselha que o órgão não pague os fornecedores antes que tudo fique esclarecido. Bisol também requisita a lista das empresas para as quais o GDF estaria devendo.

O promotor pretende enviar a documentação que reuniu para a Polícia Civil. A intenção é abrir um processo por homicídio.

– Sem medicamentos, muita gente morreu. Precisamos apurar as responsabilidades – explica Bisol.

A procuradora do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Cláudia

Pereira, também considerou o relatório do MS superficial. Contudo, ela não espera que o aprofundamento das investigações fique apenas por conta dos técnicos do ministério.

A procuradora informa que os Ministérios Públicos de todas as esferas vão realizar um trabalho conjunto para investigar a secretaria de Saúde. Ela acrescenta que o trabalho realizado por Bisol fundamentará as investigações dela e de Luiz Francisco.

– Vai ser um esforço global – disse Cláudia.

O secretário de Saúde do Distrito Federal, Arnaldo Bernardino, anunciou ontem medidas emergenciais e mudanças administrativas na tentativa de mudar o

quadro da Saúde no DF. As medidas chegam depois do relatório do MS constatar diversas irregularidades na secretaria. Bernardino prometeu instalar uma auditoria própria no Hospital de Base de Brasília. A operação será iniciada assim que o secretário, empossado há apenas duas semanas,

concluir um outro trabalho do tipo no Hospital do Gama.

– Estamos diante de uma crise na Saúde desde novembro do ano passado, que se agravou em março. Mas hoje temos em estoque 70% dos medicamentos de baixo custo – garantiu o secretário.

Arnaldo Bernardino disse também que começou a recadastrar 12 mil pacientes que recebem medicamentos de alto custo ainda ontem. Segundo ele, por falta de atualização nos cadastros, o processo de distribuição dos remédios não estava funcionando.

– Não estamos culpando os pacientes. Mas o cadastro precisa estar em ordem para que o sistema funcione – explicou.

Enquanto o secretário de Saúde tenta colocar em prática as providências recomendadas pelo MS, o PT local também se organiza para cobrar do governador Joaquim Roriz (PMDB) responsabilidade pelo grave quadro da Saúde no DF.

A deputada distrital Maria José

Maninha (PT) disse que apresentará amanhã à bancada do partido na Câmara Legislativa três propostas de ação. A primeira seria a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde para investigar com mais detalhadas a irregularidades na secretaria e as mortes de pacientes por falta de medicamentos no Hospital de Base.

– Como dependemos da assinatura da maioria da Câmara, uma CPI será difícil. Ainda mais em um momento delicado como esse do governo Roriz – criticou.

Mesmo que os outros deputados do PT resolvam por não tentar uma nova CPI, o partido deverá entrar com uma representação de improbidade administrativa contra o GDF no Tribunal de Contas do DF (TCDF). Maninha também diz que o partido entrará no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) com uma ação popular contra o governador

– Já era esperado que a Saúde no DF estivesse nesse estado. Nos quatro anos de governo recursos da Saúde, algo em torno de R\$ 68 milhões, foram remanejados para publicidade e construção da Terceira Ponte do Lago Sul – diz a deputada, que foi secretária de Saúde durante três anos no governo de Cristovam Buarque.

Cristiano Costa/BGPress



**SECRETÁRIO** Depois da auditoria, anúncio emergencial